



PROCESSO SELETIVO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE DO ANO DE 2020

SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE:
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ONCOLOGIA, SAÚDE DO IDOSO,
SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA

01 de dezembro de 2019

BOLETIM DE QUESTÕES

Nome: _____ N.º de Inscrição: _____

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Confira se o Boletim que você recebeu corresponde a especialidade a qual você está inscrito, conforme consta no seu cartão de inscrição e cartão-resposta. Caso contrário comunique ao fiscal de sala.
- 2 Este Boletim contém a PROVA OBJETIVA.
- 3 O Boletim de Questões consistirá de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, sendo 15 (quinze) questões do SUS e 35 (trinta e cinco) questões da especialidade Serviço Social. Cada questão objetiva apresenta 5 (cinco) alternativas, identificadas por (A), (B), (C), (D) e (E), das quais apenas uma é correta.
- 4 Confira se, além deste Boletim, você recebeu o Cartão-Resposta, destinado à marcação das respostas das questões objetivas.
- 5 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se seu nome e o número de sua inscrição conferem com os dados contidos no Cartão-Resposta. Em caso de divergência, comunique imediatamente o fiscal de sala.
- 6 O Cartão-Resposta só será substituído se nele for constatado erro de impressão.
- 7 Será de exclusiva responsabilidade do candidato a certificação de que o Cartão-Resposta que lhe for entregue no dia da prova é realmente o seu.
- 8 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do Cartão-Resposta.
- 9 A marcação do Cartão-Resposta deve ser feita com caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
- 10 No Cartão-Resposta não serão computadas as questões cujas alternativas estiverem sem marcação, com marcação a lápis, com mais de uma alternativa marcada e aquelas que contiverem qualquer espécie de corretivo sobre as alternativas.
- 11 O Cartão-Resposta será o único documento considerado para a correção. O Boletim de Questões deve ser usado apenas como rascunho e não valerá, sob hipótese alguma, para efeito de correção.
- 12 O tempo disponível para esta prova é de quatro horas, com início às 14 horas e término às 18 horas, observado o horário de Belém/PA.
- 13 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, no mínimo, duas horas após o início da prova.
- 14 Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o Boletim de Questões e o Cartão-Resposta, e assinar a Lista de Presença.

Boa Prova!



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

SUS

- 1 M.A.P. desconhecia seus direitos relacionados ao uso do Sistema Único de Saúde (SUS). Após conversar com um profissional da área da saúde, ele foi esclarecido sobre as diretrizes e princípios do SUS, o que lhe possibilitou compreender melhor os seus direitos, baseado na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.
- Em relação ao assunto, é correto afirmar que M.A.P.
- (A) não tem o direito de conhecer todas as informações relacionadas à sua saúde.
 - (B) tem igualdade nos seus direitos à assistência na saúde privada em serviços não contratados ou conveniados ao SUS.
 - (C) tem direito integral à assistência preventiva na atenção básica, sendo que os serviços curativos deverão ser realizados na saúde privada em serviços não contratados ou conveniados ao SUS.
 - (D) compreendeu que os serviços públicos são organizados visando a evitar duplicidade quando possuem a mesma finalidade.
 - (E) não tinha o conhecimento sobre as informações, pois não é obrigação do SUS divulgar aos usuários como poderão utilizar os potenciais serviços de saúde.
- 2 O sistema organizacional deve ser distribuído conforme proposto nos princípios e nas diretrizes do SUS, sendo necessário o processo de descentralização político-administrativa. Com base nessas informações, é correto afirmar:
- (A) A descentralização deve ocorrer em qualquer direção nas diferentes esferas do governo.
 - (B) O enfoque na descentralização dos serviços não deve ser direcionado aos municípios.
 - (C) Deve haver a regionalização da rede de serviços de saúde, mas não a hierarquização.
 - (D) Deve haver a hierarquização e a regionalização da rede de serviços de saúde.
 - (E) Deve haver a hierarquização da rede de serviços de saúde, mas não a regionalização.
- 3 Durante uma conferência sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) aos discentes dos cursos da área da saúde, o ministrante apontou os objetivos deste sistema visando a disseminar o conhecimento. Corresponde a um objetivo do SUS
- (A) realizar a recuperação do paciente por meio de atividades de promoção nos diferentes níveis de atenção.
 - (B) divulgar fatores determinantes para a saúde da população.
 - (C) promover política de saúde envolvendo os campos econômicos, mas não os sociais.
 - (D) oferecer assistência por meio de promoção e terapêuticas, visando a reduzir as intervenções preventivas da saúde da população.
 - (E) evitar a divulgação de fatores condicionantes para a saúde da população.
- 4 Conhecer a legislação estruturante do Sistema Único de Saúde (SUS) é necessário aos profissionais dessa área. Com base nesse conhecimento, é correto afirmar:
- (A) As leis complementares e ordinárias foram elaboradas antes de a Constituição Federal remeter a regulamentação deste sistema.
 - (B) A organização e o funcionamento dos serviços prestados pelo SUS estão regulamentados pela Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990.
 - (C) A promoção, a proteção e a recuperação da saúde da população estão regulamentadas pela Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990.
 - (D) Segundo a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a saúde é um direito fundamental da população, não sendo dever do Estado oferecer condições indispensáveis para o exercício de serviços nessa área.
 - (E) Os limites orçamentários mínimos que deverão ser aplicados periodicamente pela União são regulamentados pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.



**PROCESSO SELETIVO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E EM
ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE DO ANO DE 2020
EDITAL Nº 1 – COREMU/UFPA, DE 03 DE OUTUBRO DE 2019**



- 5 O planejamento econômico promove organização à distribuição dos recursos que são providos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), conforme regulamentado pela Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990. Esses recursos não serão alocados como
- (A) despesas de custeio e de capital do Ministério da saúde.
 - (B) investimentos previstos em lei orçamentária aprovados pelo Congresso Nacional.
 - (C) serviços de saúde dos municípios.
 - (D) serviços de saúde dos estados.
 - (E) cobertura de ações da saúde privada em serviços não contratados ou conveniados ao SUS.
- 6 O processo de regionalização e a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) em rede é uma estratégia que visa ao processo de consolidação dos princípios deste sistema. Nesse cenário, visando à maior integração entre os princípios, surgiu o Pacto pela Saúde, que se efetiva em três dimensões: Pacto pela Vida, Pacto de Gestão e Pacto em Defesa do SUS.
- Em relação a essas dimensões, é correto afirmar:
- (A) O Pacto pela Vida está comprometido com a situação de saúde dos brasileiros.
 - (B) O Pacto de Gestão está comprometido com os fundamentos políticos da saúde.
 - (C) O Pacto de Gestão está comprometido com os princípios constitucionais do sistema.
 - (D) O Pacto em Defesa do SUS está comprometido com os princípios e diretrizes para a descentralização.
 - (E) O Pacto pela Vida está comprometido com os fundamentos políticos da saúde.
- 7 A Rede de Atenção à Saúde são os arranjos organizacionais das ações e serviços de saúde, visando a oferecer a integralidade do cuidado. Quanto ao atributo essencial que esse modelo organizacional deve seguir, é correto afirmar:
- (A) O sistema deve definir os territórios para atuação e oferta dos serviços do SUS, sem verificar as necessidades específicas de cada população.
 - (B) O sistema deverá se estruturar em diferentes níveis de atenção, sendo a Atenção Terciária em saúde a sua porta de entrada.
 - (C) Os serviços especializados deverão ser oferecidos em locais adequados.
 - (D) A Atenção à saúde é centrada na distribuição territorial.
 - (E) O recurso humano não precisa estar comprometido com o alcance de metas da rede.
- 8 Na Atenção Básica é considerada necessária a operacionalização das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), visando a garantir o funcionamento adequado do sistema. Conforme a Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, são diretrizes a serem operacionalizadas na Atenção Básica:
- (A) Universalidade e Territorialização.
 - (B) Equidade e Coordenação do cuidado.
 - (C) Integralidade e Resolutividade.
 - (D) Ordenação da rede e Cuidado centrado na pessoa.
 - (E) Participação da comunidade e Equidade.
- 9 Todas as esferas do governo apresentam responsabilidades comuns voltadas para a Atenção Básica. Uma dessas responsabilidades é
- (A) estabelecer estratégias e prioridades que visem a bloquear a elaboração de metas para a organização da atenção primária.
 - (B) ofertar e realizar o pagamento de procedimentos cirúrgicos autorizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
 - (C) garantir a atuação de profissionais de saúde visando a promover ofertas de cuidado à saúde com atendimento de alta complexidade.
 - (D) garantir o acesso universal aos serviços de saúde de atenção básica no Sistema Único de Saúde.
 - (E) oferecer apoio, mas não realizar, planejar, monitorar e executar avaliações das ações executadas na atenção primária.



PROCESSO SELETIVO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E EM
ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE DO ANO DE 2020
EDITAL Nº 1 – COREMU/UFPA, DE 03 DE OUTUBRO DE 2019



- 10 A Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (CONITEC) objetiva oferecer suporte ao Ministério da Saúde quanto ao uso seguro de tecnologias. Nesse contexto, é correto afirmar que compete ao CONITEC
- (A) emitir relatório sobre os dados epidemiológicos em saúde no Sistema Único de Saúde (SUS).
 - (B) emitir relatório sobre a exclusão de tecnologias em saúde no Sistema Único de Saúde (SUS).
 - (C) definir quais são os diferentes níveis de atenção em saúde.
 - (D) definir como será organizada a Rede de Atenção à Saúde nacional.
 - (E) estabelecer quais tecnologias serão utilizadas nos serviços privados não conveniados ao SUS, em nível de atenção terciária.
- 11 O Estado é o responsável por determinar as Regiões de Saúde, sendo necessária a articulação junto aos municípios. Contudo, para que seja considerada uma Região de Saúde, é necessário que serviços básicos sejam oferecidos. Assinale a alternativa que **não** corresponde ao mínimo que uma Região de Saúde deve apresentar.
- (A) Atenção básica.
 - (B) Serviços de urgência.
 - (C) Centro de transplante.
 - (D) Atenção hospitalar.
 - (E) Atenção ambulatorial especializada.
- 12 A humanização da assistência objetiva ofertar atendimento de qualidade junto a ambientes adequados para o cuidado e com melhores condições aos profissionais da área da saúde. Além disso, esse tipo de atendimento faz com que a relação entre profissionais e os usuários seja mais humana. Com base nesse conhecimento, assinale a alternativa que corresponde a um princípio norteador da Política de Humanização.
- (A) Desvalorizar a dimensão subjetiva, enquanto a social deverá ganhar espaço nas atividades de gestão.
 - (B) Restringir projetos de produção de saúde.
 - (C) Estimular a transdisciplinaridade, porém restringindo o trabalho grupal e em equipe multiprofissional.
 - (D) Construir a autonomia e o protagonismo de sujeitos e coletivos, por meio de educação permanente.
 - (E) Seguir as diretrizes do Sistema Único de Saúde, objetivando a atuação em rede sem cooperação entre as Regiões de Saúde.
- 13 A humanização da assistência apresenta diretrizes específicas para os diferentes níveis de atenção. A diretriz específica para a atenção especializada é
- (A) ter foco na promoção de saúde.
 - (B) ter foco na prevenção de doenças.
 - (C) oferecer atendimento multiprofissional envolvendo diagnóstico e atividades terapêuticas com diferentes saberes.
 - (D) suporte familiar durante procedimentos cirúrgicos.
 - (E) oferecer atendimento psicoterapêutico à equipe multiprofissional em setores cirúrgicos.
- 14 O centro de comunicação para a Rede de Atenção à Saúde é a Atenção Primária à Saúde (APS). Além disso, esse nível de atenção tem papel-chave na coordenação do cuidado e possui atributos específicos. É atributo da APS
- (A) realizar o primeiro contato, levando a um aumento nos custos totais do sistema de saúde.
 - (B) ser centralizado na família, possibilitando conhecer os problemas de saúde dos seus membros.
 - (C) favorecer a integralidade da atenção, não oferecendo suporte para os serviços serem adaptados às necessidades populacionais.
 - (D) oferecer orientação à comunidade sem utilizar de dados epidemiológicos.
 - (E) realizar a disponibilidade da coordenação, gerindo as informações sobre os problemas de saúde da população, mas não registrando os serviços prestados.



- 15 Segundo a portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, as equipes que atuam na Atenção Básica garantem a oferta de serviços que levam em consideração as necessidades e os problemas de saúde das populações específicas. Assinale a alternativa que se refere à equipe que atua na Atenção Básica e sua característica.
- (A) Equipe de Saúde da Família (eSF) – estratégia que atua no setor de atendimentos terapêuticos de alta complexidade voltados à saúde no país.
 - (B) Equipe da Atenção Básica (eAB) – organiza-se posteriormente à eSF, que é considerada o modelo prioritário de saúde.
 - (C) Equipe de Saúde Bucal (eSB) – composta por médico, dentista e técnicos em enfermagem e auxiliares de saúde bucal.
 - (D) Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (Nasf-AB) – visa compartilhar saberes e exercer a prática terapêutica de alta complexidade, visando otimizar as habilidades particulares de cada profissional.
 - (E) Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde (EACS) – considerada a estratégia prioritária de atenção à saúde.

SERVIÇO SOCIAL

- 16 Os “Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde” (CFESS, 2010) têm como finalidade referenciar a intervenção dos profissionais de serviço social na área da saúde. Os assistentes sociais, nas suas diversas inserções e na efetivação das suas atribuições e competências, precisam ter como preocupação as diversas armadilhas que são colocadas pela organização social capitalista e pelas teorias não críticas e pós-modernas no que se refere à análise das expressões da questão social evidenciadas no cotidiano profissional. Quanto às principais armadilhas, considere os itens seguintes.
- I A pulverização e a fragmentação da questão social, atribuindo aos indivíduos a responsabilidade por suas dificuldades e pela sua pobreza, isentando a sociedade de classes de sua responsabilidade na produção e na reprodução das desigualdades sociais.
 - II A capacitação permanente que possibilita ao profissional romper com a prática rotineira, acrítica e burocrática.
 - III A difusão de um discurso genérico e uma visão indiferenciada da questão social, com base nas análises estruturais e segmentadas da dinâmica conjuntural, da vida e da luta dos sujeitos sociais.
 - IV A não realização de uma análise das condições concretas, ocasionando, com isso, reedição de programas e projetos alheios às necessidades dos usuários.
 - V A investigação da realidade é fundamental e precisa ser transversal a todas as ações.
- Estão corretos os itens
- (A) I, II e III, somente.
 - (B) II, IV e V, somente.
 - (C) I, III e IV, somente.
 - (D) I, III e V, somente.
 - (E) III, IV e V, somente.

- 17 A Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração, em sua Seção II, Dos Princípios e Das Garantias, estabelece, em seu Art. 3º, que a política migratória brasileira rege-se por princípios e diretrizes, dentre os quais se destaca:
- (A) É reconhecida ao imigrante a quem se tenha concedido visto temporário para trabalho a possibilidade de modificação do local de exercício de sua atividade laboral.
 - (B) Acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social.
 - (C) Proteção e prestação de assistência consular por meio das representações do Brasil no exterior.
 - (D) Asilo político, que constitui ato discricionário do Estado, poderá ser diplomático ou territorial e será outorgado como instrumento de proteção à pessoa.
 - (E) Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.



**PROCESSO SELETIVO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E EM
ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE DO ANO DE 2020
EDITAL Nº 1 – COREMU/UFPA, DE 03 DE OUTUBRO DE 2019**



- 18 A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (FUNASA, 2002, p. 17-18) ressalta que os sistemas tradicionais indígenas de saúde são baseados em uma abordagem holística de saúde, cujo princípio é a harmonia de indivíduos, famílias e comunidades com o universo que os rodeia. Sobre a articulação dos sistemas tradicionais indígenas de saúde, é correto afirmar que
- (A) o combate à fome e à desnutrição e a implantação do Programa de Segurança Alimentar para os povos indígenas, incentivando a agricultura de subsistência e a utilização de tecnologias apropriadas para beneficiamento de produtos de origem extrativa, mobilizam esforços institucionais no sentido de garantir assessoria técnica e insumos para o aproveitamento sustentável dos recursos.
 - (B) as equipes de saúde dos distritos deverão ser compostas por médicos, enfermeiros, odontólogos, auxiliares de enfermagem e agentes indígenas de saúde, contando com a participação sistemática de antropólogos, educadores, engenheiros sanitaristas e outros especialistas e técnicos considerados necessários.
 - (C) nas aldeias a atenção básica será realizada por intermédio dos agentes indígenas de saúde, nos postos de saúde, e pelas equipes multidisciplinares periodicamente, conforme planejamento das suas ações.
 - (D) as práticas de cura respondem a uma lógica interna de cada comunidade indígena e são o produto de sua relação particular com o mundo espiritual e com os seres do ambiente em que vivem.
 - (E) as ações interdisciplinares visam a oferecer elementos que permitam a reflexão epistemológica sobre os processos de produção, desenvolvimento e articulação dos conhecimentos científicos.
- 19 No artigo “Família, trabalho com famílias e Serviço Social”, escrito por Regina Célia Mioto (2010), a família, nas suas mais diversas configurações, constitui-se como um espaço altamente complexo. Nesse sentido, considere as seguintes concepções de família.
- I A família é analisada somente a partir de sua estrutura relacional, não incorporando as relações estabelecidas com outras esferas da sociedade.
 - II A família não é apenas uma construção privada, mas também pública e tem um papel importante na estruturação da sociedade em seus aspectos sociais, políticos e econômicos.
 - III A família, a partir de uma determinada estrutura, é tomada como ideal e com papéis pré-definidos.
 - IV A família é uma unidade de cuidado e de redistribuição interna de recursos.
 - V A família é construída e reconstruída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelece entre seus membros, entre seus membros e outras esferas da sociedade e entre ela e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado.

Estão corretos os itens

- (A) II, III e IV, somente.
 - (B) I, III e V, somente.
 - (C) III, IV e V, somente.
 - (D) II, IV e V, somente.
 - (E) I, II e IV, somente.
- 20 De acordo com os “Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde” (CFESS, 2010, p. 41), os assistentes sociais na saúde atuam em quatro grandes eixos, que são
- (A) desenvolvimento de processos biopsicossociais; superação da lógica produtivista presente na gestão das políticas sociais; atendimento direto aos usuários; viabilização e oferta de ações de saúde.
 - (B) atendimento direto aos usuários; promoção de ações de saúde para viabilizar e ampliar o acesso dos usuários; gestão de políticas de saúde terapêuticas; fortalecimento do projeto ético-político e profissional.
 - (C) atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; assessoria, qualificação e formação profissional.
 - (D) fortalecimento do projeto ético-político e profissional; mobilização, participação e controle social; processos biopsicossociais; promoção de ações de saúde.
 - (E) desenvolvimento de ações de saúde e biopsicossociais; mobilização, participação e controle social; qualificação do atendimento oferecido à população usuária; luta pela melhoria das condições de trabalho dos assistentes sociais.



PROCESSO SELETIVO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E EM
ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE DO ANO DE 2020
EDITAL Nº 1 – COREMU/UFPA, DE 03 DE OUTUBRO DE 2019



- 21 Segundo Mioto (2010, p. 172), no artigo “Família, trabalho com famílias e Serviço Social”, no campo do trabalho com famílias, faz-se necessário reafirmar como as demandas das famílias são interpretadas e qual direcionalidade é dada para o atendimento de tais demandas pelos assistentes sociais, através de seu processo de trabalho. Em relação à interpretação da demanda, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.
- () A sua compreensão parte da ideia de que as demandas são expressões de necessidades, decorrentes especialmente da desigualdade social própria da organização capitalista e, portanto, não podem ser mais tomadas como problemas de família.
 - () A organização e a articulação de serviços são aspectos fundamentais para atender às necessidades das famílias e garantir eficazmente uma estrutura de cuidado e proteção.
 - () A ampliação dos direitos dos usuários, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, deve ser o único campo de atuação dos assistentes sociais, com vistas a atender da melhor forma possível as suas necessidades pessoais e familiares.
 - () Adota-se como carro-chefe para o conhecimento das famílias a categoria das necessidades humanas e a sua estrutura de cuidado e proteção, em vez do inventário e história de seus problemas e dificuldades.
 - () Parte-se da compreensão dos processos familiares como uma construção singular, arquitetada na família, no entrecruzamento das múltiplas relações, que condicionam e definem a dinâmica familiar.

A sequência correta é,

- (A) V, F, V, V, F.
- (B) V, V, F, V, F.
- (C) V, V, F, F, V.
- (D) V, F, V, F, V.
- (E) V, F, F, V, V.

- 22 A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (FUNASA, 2002, p. 13) tem como propósito garantir aos povos indígenas o acesso à atenção integral à saúde, de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, contemplando a diversidade social, cultural, geográfica, histórica e política, de modo a favorecer a superação dos fatores que tornam essa população mais vulnerável aos agravos à saúde de maior magnitude e transcendência entre os brasileiros, reconhecendo a eficácia de sua medicina e o direito desses povos à sua cultura. Desse modo, foram estabelecidas determinadas diretrizes. Quanto a essas diretrizes, analise os itens seguintes.

- I Promoção da ética na pesquisa e nas ações de atenção à saúde, envolvendo comunidades indígenas.
- II Preparação de recursos humanos para atuação em contexto intercultural.
- III Promoção da articulação intersetorial e intrassetorial com as outras instâncias do Sistema Único de Saúde.
- IV Implantação e coordenação do sistema de informações sobre a saúde indígena e não indígena no país.
- V Promoção do uso adequado e racional de medicamentos.

Estão corretos os itens

- (A) II, III e V, somente.
- (B) I, II, e V, somente.
- (C) II, IV e V, somente.
- (D) I, III e IV, somente.
- (E) I, II e IV, somente.



**PROCESSO SELETIVO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E EM
ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE DO ANO DE 2020
EDITAL Nº 1 – COREMU/UFPA, DE 03 DE OUTUBRO DE 2019**



- 23 De acordo com o artigo “Família, trabalho com famílias e Serviço Social” (MIOTO, 2010, p. 174), as ações profissionais se estruturam em três grandes processos: processos político-organizativos; processos de gestão e planejamento; e processos socioassistenciais. Assim, considera-se que os processos socioassistenciais correspondem às ações
- (A) profissionais desenvolvidas diretamente com as famílias; sua lógica reside em atendê-las enquanto sujeitos e não como objetos terapêuticos, buscando, assim, responder às suas demandas/necessidades numa perspectiva de construção da autonomia.
 - (B) que nesse âmbito possuem caráter coletivo e dentre elas destacam-se as de assessoria e mobilização junto às famílias, aos conselhos de direitos e aos movimentos sociais organizados.
 - (C) profissionais desenvolvidas com enfoque no planejamento institucional como instrumento de gestão e gerência de políticas e serviços.
 - (D) que possibilitem o processo de responsabilização da família pelo cuidado, prática tão naturalizada no âmbito de equipes multidisciplinares.
 - (E) que privilegiem e incrementem a discussão da relação família e proteção social na esfera pública, visando ao rompimento com a ideologia vigente da família como responsável pela proteção social, buscando a garantia e a ampliação dos direitos sociais.
- 24 A Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009, institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, estabelecendo como objetivo geral promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS (BRASIL, 2010, p. 33). Dentre os objetivos específicos dessa Política, destaca-se:
- (A) Articular essa Política com as demais políticas de saúde, nas questões pertinentes às condições, características e especificidades da população negra no âmbito municipal.
 - (B) Promover a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos sociais, civis, políticos e econômicos à população negra.
 - (C) Possibilitar o fortalecimento da atenção à saúde mental de mulheres e homens negros, em especial aqueles com transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas.
 - (D) Promover a proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da população negra, possibilitando o acesso à saúde.
 - (E) Garantir e ampliar o acesso da população negra do campo e da floresta, em particular as populações quilombolas, às ações e aos serviços de saúde.
- 25 A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (BRASIL, 2010), Capítulo III, Das Estratégias e Responsabilidades das Esferas de Gestão, estabelece as responsabilidades do Gestor Municipal. Quanto a essas responsabilidades, analise os itens seguintes.
- I Elaboração de políticas de preservação dos vínculos e conhecimentos ancestrais da população negra no âmbito municipal.
 - II Identificação das necessidades de saúde da população negra no âmbito municipal, considerando as oportunidades e recursos.
 - III Participação da população negra nas atividades comunitárias e nas ações de saúde desenvolvidas pelo município.
 - IV Implantação e implementação de instância municipal de promoção da equidade em saúde da população negra.
 - V Implementação da política em âmbito municipal.
- Estão corretos os itens
- (A) II, III e IV, somente.
 - (B) I, III e V, somente.
 - (C) III, IV e V, somente.
 - (D) II, IV e V, somente.
 - (E) I, II e IV, somente.



**PROCESSO SELETIVO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E EM
ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE DO ANO DE 2020
EDITAL Nº 1 – COREMU/UFPA, DE 03 DE OUTUBRO DE 2019**



- 26 A Resolução CFESS nº 489, de 3 de junho de 2006, estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional (CFESS, 2006, p. 160). Sobre esse assunto, é correto afirmar que o Art. 2º expressa que o
- (A) profissional tem que apropriar-se criticamente do conhecimento produzido sobre o objeto de sua intervenção, ou seja, dominar a bibliografia teórica, bem como ampliar o conhecimento sobre a instituição em que está inserido para, dessa forma, combater os processos discriminatórios.
 - (B) assistente social deverá contribuir, inclusive, no âmbito de seu espaço de trabalho, para a reflexão ética sobre o sentido da liberdade e da necessidade do respeito de os indivíduos decidirem sobre a sua sexualidade e afetividade.
 - (C) assistente social deverá estar capacitado, profissionalmente, para atuar nas mais variadas formas das expressões da questão social e evitar processos preconceituosos e discriminatórios em relação à população negra e LGBT.
 - (D) assistente social deverá fomentar programas educacionais que proporcionem a capacidade cognitiva e a consciência de classe, visando ao respeito à liberdade e ao respeito à sexualidade dos indivíduos.
 - (E) profissional terá que contribuir com os processos de inclusão, livre de preconceitos ou crenças discriminatórias, de seus usuários e familiares em programas ou ações de saúde.
- 27 De acordo com a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração, em seu Capítulo VII, Do Emigrante, Seção I, Das Políticas Públicas para os Emigrantes, Art. 77, as políticas públicas para os emigrantes observarão determinados princípios e diretrizes. Quanto a esses princípios e diretrizes, analise os itens seguintes.
- I Promoção de condições de vida digna, por meio, entre outros, da facilitação do registro consular e da prestação de serviços consulares relativos às áreas de educação, saúde, trabalho, previdência social e cultura.
 - II Esforço permanente de desburocratização, atualização e modernização do sistema de atendimento, com o objetivo de aprimorar a assistência ao emigrante.
 - III Promoção da integração ao mercado de trabalho e demais políticas econômicas.
 - IV Igualdade de direitos no acesso ao atendimento de saúde, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações emigrantes que moram em áreas urbanas e rurais.
 - V Promoção de estudos e pesquisas sobre os emigrantes e as comunidades de brasileiros no exterior, a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas.

Estão corretos os itens

- (A) I, II e IV, somente.
 - (B) II, III e V, somente.
 - (C) I, III e V, somente.
 - (D) II, III e IV, somente.
 - (E) I, II e V, somente.
- 28 A usuária A, 50 anos, é residente e domiciliada no município de Marabá, trabalha há oito meses no mercado de trabalho formal e, desde então, passou a contribuir para o Regime de Previdência Social. A usuária A, ao passar por um exame de rotina, foi informada sobre a possibilidade do diagnóstico de câncer que, para a sua surpresa, foi confirmado, embora ela não apresente nenhum sintoma e sinta-se em perfeitas condições para realizar suas atividades rotineiras. O tratamento vem sendo realizado por um plano de saúde, em um hospital privado situado em Belém, e a usuária, ciente dos seus direitos, procurou o serviço social para receber as devidas orientações e encaminhamentos. De acordo com INCA (2012), é correto afirmar quanto aos direitos possíveis a essa usuária:
- (A) Considerando o princípio da universalidade, a usuária tem direito ao benefício proveniente do Programa Tratamento Fora de Domicílio.
 - (B) A depender do salário mensal da usuária, ela pode receber o amparo assistencial.
 - (C) Se for antecipado o pagamento de quatro contribuições ao Regime de Previdência Social, a usuária pode solicitar o auxílio-doença.
 - (D) Em se tratando do diagnóstico de câncer, estando na condição de segurada, a usuária terá direito ao auxílio-doença apenas se for comprovada a incapacidade para o trabalho.
 - (E) Se a usuária vier a entrar em processo de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, terá direito à aposentadoria por invalidez.



**PROCESSO SELETIVO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E EM
ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE DO ANO DE 2020
EDITAL Nº 1 – COREMU/UFPA, DE 03 DE OUTUBRO DE 2019**



- 29 O usuário B, 55 anos, autônomo, não segurado do Regime de Previdência Social, foi diagnosticado com câncer tardiamente, quando os efeitos da doença já se manifestavam pelo corpo, impossibilitando a realização das atividades rotineiras, inclusive as de autocuidado e laborais, o que foi atestado por equipe médica. É residente e domiciliado em Belém, onde é acompanhado por equipe multiprofissional que atua no âmbito do Sistema Único de Saúde. No entanto, o usuário B passa a maior parte do seu tempo no município de Afuá, onde nasceu e tem parentes colaterais que integram sua rede de apoio pessoal. O usuário B é o único responsável financeiro pelo sustento da esposa e dos três filhos, menores de 12 anos de idade. De acordo com INCA (2012), é correto afirmar quanto aos direitos possíveis a esse usuário:
- (A) Considerando que a distância geográfica entre Afuá e Belém é superior a 50 quilômetros e os motivos socioafetivos que justificam a permanência do usuário B em Afuá, ele tem direito ao benefício proveniente do Programa Tratamento Fora de Domicílio.
 - (B) O usuário B tem direito a adquirir um automóvel adaptado, com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), desde que comprove a existência de deficiência em seus membros superiores ou inferiores que o impeça de dirigir veículos comuns.
 - (C) O usuário B tem direito ao amparo assistencial e, se vier a falecer, seus herdeiros ou sucessores devem ser orientados a procurar alguma agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a fim de regularizar a continuidade do pagamento.
 - (D) Considerando a situação apresentada no enunciado desta questão, o usuário B, devido ao estágio avançado da doença e à necessidade de assistência permanente de outra pessoa, tem direito ao acréscimo de 25% no valor da sua aposentadoria por invalidez.
 - (E) O usuário B terá direito ao amparo assistencial desde que atenda, cumulativamente, aos critérios de deficiência, idade e renda.
- 30 A usuária C, 42 anos, é uma pessoa com deficiência e, devido a uma intercorrência de saúde, buscou um serviço de urgência e emergência. Após a classificação de risco, ela precisou aguardar por aproximadamente três horas para ser atendida, embora observasse que outras pessoas eram atendidas antes dela. Em se tratando de atendimento prioritário e considerando o que estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), é correto afirmar:
- (A) A usuária foi negligenciada por ter que esperar aproximadamente três horas.
 - (B) A prioridade é relativa porque está condicionada ao tipo de deficiência.
 - (C) A prioridade é relativa porque está condicionada aos protocolos de atendimento médico.
 - (D) Acompanhantes de pessoas com deficiência têm os mesmos direitos ao atendimento prioritário, exceto quanto ao recebimento da restituição do imposto de renda.
 - (E) A prioridade conferida pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) não alcança os serviços privados de saúde.
- 31 Considerando o que estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), especificamente quanto à atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, analise as sentenças seguintes.
- I Instituições privadas que participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde ou que recebam recursos públicos para sua manutenção devem, se necessário, realizar atendimento domiciliar multidisciplinar, entre outros.
 - II A atenção integral à pessoa com deficiência inclui o atendimento psicológico para familiares e atendentes pessoais.
 - III Devem ser assegurados serviços projetados para prevenir a ocorrência e o desenvolvimento de deficiências.
 - IV As ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar a realização de campanhas de vacinação.

Estão corretas

- (A) I e III, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) III e IV, somente.
- (D) II e IV, somente.
- (E) I, II, III e IV.



PROCESSO SELETIVO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E EM
ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE DO ANO DE 2020
EDITAL Nº 1 – COREMU/UFPA, DE 03 DE OUTUBRO DE 2019



32 A usuária D é uma pessoa com deficiência, tem 67 anos, é casada e mãe de quatro filhos adultos; esteve internada por 15 dias em um hospital, no entanto nenhum familiar pôde acompanhá-la devido a compromissos laborais. Certo dia, a usuária D, não tendo recebido o apoio solicitado a um(a) integrante da equipe de saúde para descer da cama, tentou fazê-lo sozinha, caiu e fraturou um braço. A usuária relatou por várias vezes que não estaria recebendo os cuidados devidos e que se sentia discriminada por não ter acompanhante ou atendente pessoal. Relatou, ainda, que ocasionalmente sofria agressão verbal por parte de uma pessoa da equipe e que o fato era de conhecimento de toda a equipe, mas nenhuma providência foi adotada. Com o episódio da queda, além de xingamentos, a usuária D foi culpabilizada pelo ocorrido. Além do dano físico o laudo psicológico atestou sofrimento psicológico. Considerando o que estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), analise as sentenças seguintes.

- I A família da usuária D deveria ser denunciada junto ao Ministério Público por abandono familiar.
- II Na impossibilidade de permanência de acompanhante ou atendente pessoal, é responsabilidade do órgão ou instituição adotar as medidas cabíveis para suprir a ausência.
- III Na impossibilidade de permanência de acompanhante ou atendente pessoal junto à pessoa com deficiência, cabe ao assistente social justificá-la por escrito.
- IV É vedado expressamente a atendentes pessoais e/ou acompanhantes de pessoas com deficiência a realização de atividades técnicas ou procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.
- V Após confirmação, todos os casos de violência física ou psicológica devem ser notificados compulsoriamente à autoridade policial e ao Ministério Público, além dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Estão corretos

- (A) I, IV e V, somente.
- (B) I, II e V, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e IV, somente.
- (E) I, II, III, IV e V.

33 O Ministério da Saúde reconhece o racismo como um determinante social em saúde. Em consonância, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) argumenta que a questão étnico-racial é fundante das relações sociais. Assinale a alternativa, que complementa o argumento da ABEPSS (2018).

- (A) Há poucos estudos apontando para os riscos do silenciamento da discussão sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social.
- (B) Embora as propostas pedagógicas dos cursos de serviço social no Brasil materializem disciplinas sobre a questão étnico-racial, é subjacente a necessidade de tematização.
- (C) Sob a perspectiva da totalidade, o debate realizado no âmbito do serviço social sobre opressões e exploração de classe contempla as determinações étnico-raciais.
- (D) Embora as populações negras e indígenas sejam as mais atingidas e o serviço social atue no âmbito das expressões da questão social, a apropriação das categorias 'raça' e 'etnia' para as análises e reflexões é mais pertinente às ciências sociais do que ao serviço social.
- (E) O debate étnico-racial possui de forma inequívoca uma profunda relação com a dimensão essencial do trabalho e da questão social.



PROCESSO SELETIVO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E EM
ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE DO ANO DE 2020
EDITAL Nº 1 – COREMU/UFPA, DE 03 DE OUTUBRO DE 2019



34 O Hospital Ophir Loyola é a principal referência no cuidado de pessoas acometidas com neoplasia maligna no estado do Pará e, oficialmente, o acesso ao tratamento deve obedecer ao fluxo de referência e contrarreferência. Por desconhecimento, o usuário E, 70 anos, com laudo patológico firmado por 30 dias, foi levado por sua filha ao hospital na esperança de ingressar como paciente por demanda espontânea, o que não ocorreu. Contudo o usuário E, por estar com o estado de saúde agravado, foi atendido na Unidade de Atendimento Imediato (UAI), onde permaneceu por duas horas até o alívio da dor que o acometia. Considerando o que estabelece a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, analise as sentenças seguintes.

- I Ao dispensar cuidados de saúde ao usuário E na Unidade de Atendimento Imediato, o Hospital Ophir Loyola cumpriu o prazo estipulado na Lei nº 12.732, acima referida.
- II O estado do Pará deve produzir planos regionais visando à instalação de serviços especializados em oncologia.
- III O hospital privado X, não conveniado ao Sistema Único de Saúde (SUS), deve fazer a notificação e o registro compulsórios de doenças, agravos e eventos relacionados às neoplasias.
- IV Considerando os princípios da universalidade, integralidade e resolutividade, pacientes com neoplasia maligna receberão gratuitamente todos os tratamentos necessários, ainda que sejam realizados em hospitais privados não conveniados ao Sistema Único de Saúde.

Estão corretas

- (A) I e II, somente.
- (B) III e IV, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I e IV somente.
- (E) I, II, III e IV.

35 Considerando os argumentos apresentados por Santos (2018) ao discutir sobre as contradições e controvérsias postas ao exercício da autonomia no âmbito do serviço social, analise as sentenças seguintes.

- I O tipo de vínculo empregatício determina o caráter liberal de uma profissão.
- II A autonomia é relativizada pela ação dos empregadores.
- III A expansão dos cursos de serviço social no país interfere na autonomia de assistentes sociais no exercício profissional.
- IV O assistente social, por ser profissional liberal, é, conseqüentemente, profissional autônomo.

Estão corretas

- (A) II e III, somente.
- (B) I, II e IV, somente.
- (C) I e IV, somente.
- (D) I, II e III, somente.
- (E) II e IV, somente.

36 Na discussão sobre as “questões que afetam as condições de exercício de nossa autonomia”, Santos (2018:529) indica alguns aspectos que atravessam tal exercício. A esse respeito, analise as sentenças seguintes.

- I Sistemas de informação e novas tecnologias podem interferir no exercício da autonomia.
- II O compromisso ético do profissional interfere no exercício da autonomia.
- III A competência teórica e técnica do profissional interfere no exercício da autonomia.
- IV A privatização das formas de gestão, observada em hospitais universitários, a exemplo do Hospital Universitário João de Barros Barreto, interfere no exercício da autonomia.
- V Na Lei nº 8.662/1993, em vigor, o princípio da autonomia está relacionado ao exercício das competências e atribuições privativas e não às escolhas, no exercício da profissão, de acordo com a própria consciência.

Estão corretas

- (A) I, III e IV, somente.
- (B) I, II e III, somente.
- (C) I, II e IV, somente.
- (D) III, IV e V, somente.
- (E) I, II, III, IV e V.



**PROCESSO SELETIVO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E EM
ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE DO ANO DE 2020
EDITAL Nº 1 – COREMU/UFPA, DE 03 DE OUTUBRO DE 2019**



- 37 Conforme apontado por Santos (2018:531), a “Resolução nº 493/2006 dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do/a assistente social, normatizando aspectos elementares para o cumprimento dos dispositivos relacionados ao princípio ético da “qualidade do atendimento prestado”. Em relação a essa Resolução, conforme discutido por Santos (2018), é correto afirmar que
- (A) o assistente social é corresponsável na aplicabilidade desta Resolução.
 - (B) a responsabilidade na aplicabilidade da Resolução é apenas do Conselho Regional de Serviço Social.
 - (C) a Resolução, importante conquista da categoria, é o único instrumento que permite à Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional realizar tais fiscalizações.
 - (D) todos os resultados das fiscalizações sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social devem ser comunicados ao Ministério do Trabalho para as providências cabíveis.
 - (E) a prerrogativa de notificar uma instituição sobre inadequações do ambiente de trabalho é legalmente do Ministério do Trabalho.
- 38 Para Santos (2018:532), “ante o crescimento do trabalho em equipes multiprofissionais, crescem, também, as dificuldades de delimitação das “fronteiras” entre suas atribuições”. A esse respeito, é correto afirmar que
- (A) a Resolução nº 557/09 autoriza o parecer conjunto desde que todos os profissionais envolvidos assinem em campos específicos e procedam às devidas identificações.
 - (B) o parecer psicossocial pode incorrer no exercício ilegal de outra profissão.
 - (C) a hegemonia do projeto ético-político profissional contribui para o consenso existente sobre a inadequação do parecer psicossocial no âmbito do serviço social.
 - (D) as normas das políticas sociais desenvolvidas no cotidiano dos espaços institucionais podem se sobrepor aos aspectos formais das normativas de cada profissão.
 - (E) a delimitação de fronteiras é uma requisição da pós-modernidade para promover a fragmentação.
- 39 Leia a frase seguinte:
- A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher considera que as estatísticas sobre _____ são bastante utilizadas para a análise das condições de _____ das populações. Sendo assim, visando à redução da mortalidade materna, um de seus objetivos específicos prevê a assistência ao/às _____, por meio da _____.
- A alternativa que preenche corretamente as lacunas é
- (A) mortalidade; saúde; abortamento em condições inseguras; assistência obstétrica e neonatal.
 - (B) o perfil epidemiológico das populações; vida; pré-natal; redução das infecções por HIV.
 - (C) violência doméstica; desenvolvimento; vítimas; ampliação dos serviços de acolhimento e proteção.
 - (D) acesso à saúde; saúde; puerpério e período perinatal; expansão da Estratégia Saúde da Família.
 - (E) natalidade; alfabetização; planejamento familiar; ampliação das ações de educação em saúde.
- 40 Marque a alternativa correta. Em CFESS (2016), há um instrumento técnico que pode ser expresso em relatórios ou no laudo social e é privativo do assistente social, usado para demonstrar e reportar-se às expressões da questão social e/ou à expressão concreta de questões subjetivas que podem estar relacionadas à perda, ao sofrimento. É um instrumental fundamental no trabalho para quem atua junto ao sistema judiciário, seja como servidor, perito ou assistente técnico, junto à Justiça da Infância e da Juventude, Justiça de Família, Criminal e ações judiciais relacionadas à seguridade, previdência social, entre outros. O instrumento a que se refere a assertiva é o(a)
- (A) estudo social.
 - (B) estudo de caso.
 - (C) visita domiciliar.
 - (D) entrevista.
 - (E) laudo social.



**PROCESSO SELETIVO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E EM
ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE DO ANO DE 2020
EDITAL Nº 1 – COREMU/UFPA, DE 03 DE OUTUBRO DE 2019**



- 41 Há uma complexidade posta na ordem capitalista que exige dos assistentes sociais referenciais teórico-metodológicos e ético-políticos para afirmar atuação na saúde, já que, segundo Vasconcelos (2007), o serviço social necessita ter práticas democráticas. Assim, observe as assertivas seguintes e assinale V para as verdadeiras e F para as falsas.
- () Não é preciso fundamentar as referências ideológicas para demarcar o comprometimento com a garantia dos direitos civis, sociais e políticos dos segmentos populares; eles são adquiridos por elementos transcendentais, teológicos.
 - () É necessário que se tenha a preocupação de análise dos serviços, tendo em vista os direitos sociais, especialmente o direito à saúde, com vista a contribuir para a qualidade do espaço público, para o controle social e, em última instância, para a construção de uma nova ordem social.
 - () É necessário adotar e sustentar encaminhamentos, posições e ações vinculadas a um projeto social radicalmente democrático e compromissado com os trabalhadores.
 - () É pelo conjunto da prática dos assistentes sociais que a profissão de serviço social é reconhecida ou não, valorizada ou não, respeitada ou não, conquistando sua autonomia e espaços ou não.
 - () É pelo conjunto dos discursos que a profissão de serviço social é reconhecida ou não, valorizada ou não, respeitada ou não, conquistando sua autonomia e espaços ou não.

A sequência correta é

- (A) F, F, V, V, F.
- (B) V, V, V, V, F.
- (C) F, V, V, V, F.
- (D) V, V, V, V, V.
- (E) V, F, F, V, F.

- 42 De acordo com CFESS (2016), há um conjunto de instrumentais que subsidia a avaliação, o exame ou a vistoria, com base nos fundamentos teórico-metodológicos, éticos, políticos e técnicos operativos próprios do serviço social, com finalidades relacionadas a avaliações e julgamentos solicitados ou determinados para contribuir com a decisão judicial. O instrumento a que se refere a assertiva é o(a)

- (A) perícia social.
- (B) relatório de caso.
- (C) estudo de grupo e, quando necessário, o estudo de comunidade.
- (D) opinião social.
- (E) laudo social.

- 43 Com base em Vasconcelos (2007), o atendimento do plantão do serviço social na área da saúde assume, entre outras, as seguintes funções:

- (A) Realiza orientações, encaminhamentos, inscrição nos programas, agilização de exames e/ou consultas médicas, para recursos da comunidade/ou institucionais - bolsas de alimento, passagem gratuita, recursos assistenciais, exames de alta complexidade, asilamento, e em alguns casos aconselhamento/apoio.
- (B) Realiza basicamente orientações, encaminhamentos, inscrição nos programas, agilização de exames e/ou consultas médicas, para recursos da comunidade/ou institucionais – articula, somente, apoio de igrejas pentecostais, passagem gratuita, recursos assistenciais, exames de alta complexidade, asilamento, e em alguns casos aconselhamento/apoio.
- (C) Realiza orientações, encaminhamentos, mas somente em casos de decisão judicial, nos demais casos está vetado; inscrição nos programas, agilização de exames e/ou consultas médicas, para recursos da comunidade/ou institucionais - bolsas de alimento, passagem gratuita, recursos assistenciais, exames de alta complexidade, asilamento, e em alguns casos aconselhamento/apoio.
- (D) Agiliza exames e/ou consultas médicas, para recursos da comunidade/ou institucionais - bolsas de alimento, recursos assistenciais; devido a área ser social, não encaminha para exames de alta complexidade, mas viabiliza asilamento, e em alguns casos aconselhamento/apoio.
- (E) Realiza orientações de caráter pedagógico, encaminhamentos, realiza exames e/ou consultas sociais, encaminha para recursos da comunidade/ou institucionais - bolsas de alimento, passagem gratuita, recursos assistenciais, exames de alta complexidade, asilamento, e em alguns casos aconselhamento/apoio.



PROCESSO SELETIVO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E EM
ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE DO ANO DE 2020
EDITAL Nº 1 – COREMU/UFPA, DE 03 DE OUTUBRO DE 2019



- 44 A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é uma conquista das ações articuladas em níveis da sociedade. Nela, consta, no seu primeiro artigo: “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. Em consonância com o disposto na LOAS, no seu capítulo II, seção I, artigo 4º, a Política Nacional de Assistência Social rege-se por princípios democráticos (BRASIL, 2005). Quanto a esses princípios, assinale V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.
- () Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
 - () Relativização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
 - () Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.
 - () Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
 - () Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais.

A sequência correta é

- (A) V, F, V, V, V.
- (B) V, V, F, V, F.
- (C) V, F, V, V, F.
- (D) V, F, V, F, V.
- (E) V, F, F, V, V.

- 45 De acordo com CFESS (2016), há um instrumental que é utilizado como um elemento de prova, é privativo do assistente social e é elaborado com base nos fundamentos teórico-metodológicos, éticos, políticos e técnicos operativos próprios do serviço social, com finalidades relacionadas a avaliações e julgamentos solicitados ou determinados para contribuir com a decisão judicial. O instrumento a que se refere a assertiva é o(a)

- (A) perícia social.
- (B) relatório social.
- (C) estudo de grupo e, quando necessário, o estudo de comunidade.
- (D) opinião social.
- (E) laudo social.

- 46 Com base em CFESS (2016), há uma construção técnica, privativa do assistente social, que expõe e manifesta, em regra, de forma sucinta, onde se trata objetivamente a questão ou situação social analisada. É construída a partir dos fundamentos teóricos, metodológicos, éticos, políticos e técnicos operativos próprios do serviço social, com finalidades relacionadas a contribuir com a decisão judicial. O instrumento a que se refere a assertiva é o(a)

- (A) perícia social.
- (B) relatório de caso.
- (C) estudo de grupo e, quando necessário, o estudo de comunidade.
- (D) parecer social.
- (E) laudo social.



**PROCESSO SELETIVO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E EM
ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE DO ANO DE 2020
EDITAL Nº 1 – COREMU/UFPA, DE 03 DE OUTUBRO DE 2019**



47 Os serviços socioassistenciais no SUAS são organizados segundo as seguintes referências: vigilância social, proteção social e defesa social e institucional, (BRASIL, 2005). Em relação ao assunto, assinale V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A vigilância social refere-se à produção, à sistematização de informações, aos indicadores e índices territorializados somente da população geral, não é permitido o estabelecimento em situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, pois haveria discriminação e redução dos demandatários.
- () A proteção social estabelece segurança de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia, através de benefícios continuados e eventuais que assegurem: proteção social básica a idosos e pessoas com deficiência sem fonte de renda e sustento; pessoas e famílias vítimas de calamidades e emergências; situações de forte fragilidade pessoal e familiar, em especial às mulheres chefes de família e seus filhos.
- () A defesa social e institucional é desenvolvida através da proteção básica e especial, devem ser organizadas de forma a garantir aos seus usuários o acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais e sua defesa.
- () Na defesa social, não se deve garantir o direito ao atendimento digno, nem atencioso e respeitoso, pois o cidadão é um usuário do serviço e deve seguir as regras institucionais.
- () Na vigilância social, os indicadores a serem construídos devem mensurar no território as situações de riscos sociais e violação de direitos.

A sequência correta é

- (A) F, F, V, F, V.
- (B) F, V, V, V, F.
- (C) V, F, V, V, F.
- (D) F, V, V, F, V.
- (E) V, F, F, V, V.

48 De acordo com Brasil (2005), a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a seguridade social no seu Capítulo II, do Título “Da Ordem Social”. O financiamento da seguridade social está previsto no art. 195, da Constituição Federal de 1988, instituindo que, através de orçamento próprio, as fontes de custeio das políticas que compõem o tripé devem ser financiadas por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das contribuições sociais. Tendo sido a assistência social inserida constitucionalmente no tripé da seguridade social, é o financiamento desta a base para o financiamento da política de assistência social, uma vez que este se dá

- (A) nos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante contribuições sociais.
- (B) nos orçamentos da União, dos Estados e do Distrito Federal, mediante contribuições sociais.
- (C) somente nos orçamentos municipais, pois a política está descentralizada e municipalizada, mediante contribuições sociais.
- (D) nos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante privatizações das empresas estatais.
- (E) nos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante contribuições sindicais.



**PROCESSO SELETIVO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E EM
ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE DO ANO DE 2020
EDITAL Nº 1 – COREMU/UFPA, DE 03 DE OUTUBRO DE 2019**



- 49 De acordo com Brasil (2005), a matricialidade sociofamiliar colocada na concepção da política de assistência social, prevista em seus paradigmas constitucionais, está designada como
- (A) “família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social”.
 - (B) “família depende dos formatos ou modelos, pois assume posição exclusiva de educadora moral entre os sujeitos e a coletividade delimita, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, já que é geradora de modelos morais de vida. Não se pode desconsiderar que ela se caracterize como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência não é marcada por conflitos. As desigualdades não são de caráter pessoal, já que família é fundamental no âmbito da construção das condutas dos grupos sociais”.
 - (C) “família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, é provocadora exclusiva de conflitos das relações entre os sujeitos e a coletividade. Nela se inscrevem, exclusivamente, todos os parâmetros de disfunção social das modalidades comunitárias de vida. Todavia, se deve desconsiderar que ela possa ser caracterizada como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência não é marcada por conflitos. As famílias são harmônicas por natureza”.
 - (D) “família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, contudo, não determina os deslocamentos entre o público e o privado, muito menos é geradora de modalidades comunitárias de vida. A família deve ser considerada e caracterizada como um espaço sem contradição; por ser patriarcal, há ordem. Os conflitos, quando existentes, geralmente, também, são forjados por desigualdades entre personalidades, por disfunções sociais”.
 - (E) “família é única, não possui formatos ou modelos diversos, é mononuclear, é responsável pela imposição das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimita, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como é geradora de modelos de sucesso, já que ela direciona para o resultado pessoal; família é o espaço da meritocracia. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço de perfeição, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por amorosidade recíproca e geralmente, também, por grandes igualdades entre os que a compõem, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental para o sucesso pessoal”.



**PROCESSO SELETIVO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E EM
ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE DO ANO DE 2020
EDITAL Nº 1 – COREMU/UFPA, DE 03 DE OUTUBRO DE 2019**



- 50 Em se tratando da Descentralização Político-Administrativa e Territorialização da política de assistência social (Brasil, 2005), é correto afirmar que a política de assistência social
- (A) tem sua expressão somente no nível federal na condição de comando único, na efetiva implantação e funcionamento de um Conselho de composição majoritária do governo, do Fundo, que centraliza os recursos na área, controlado pelo órgão gestor e fiscalizado pelo Conselho, do Plano Federal de Assistência Social, que expressa a política e suas inter-relações com as demais políticas setoriais e ainda com a rede socioassistencial. Portanto, Conselho, Plano e Fundo são os elementos complementares da gestão da Política Pública de Assistência Social.
 - (B) tem sua expressão em cada nível da Federação na condição de comando único, na efetiva implantação e funcionamento de um Conselho de composição majoritária da sociedade civil, do Fundo, que centraliza os recursos na área, controlado pelo órgão gestor e fiscalizado pelo Conselho, do Plano de Assistência Social, que expressa a política e suas inter-relações com as demais políticas setoriais e ainda com a rede socioassistencial. Portanto, Conselho, Plano e Fundo são os elementos complementares de gestão da Política Pública de Assistência Social.
 - (C) tem sua expressão em cada nível da Federação na condição de comando único, na efetiva implantação e funcionamento de um Conselho de composição paritária entre sociedade civil e governo, do Fundo, que centraliza os recursos na área, controlado pelo órgão gestor e fiscalizado pelo Conselho, do Plano de Assistência Social, que expressa a política e suas inter-relações com as demais políticas setoriais e ainda com a rede socioassistencial. Portanto, Conselho, Plano e Fundo são os elementos fundamentais de gestão da Política Pública de Assistência Social.
 - (D) é centralizadora e está alocada no âmbito do governo federal na condição de comando único, na efetiva implantação e funcionamento de um Conselho de composição paritária entre sociedade civil e governo, do Fundo, com destinação orçamentária estabelecida em 12%, que centraliza os recursos na área, controlado pelo órgão gestor e fiscalizado pelo Conselho, do Plano de Assistência Social que expressa a política e suas inter-relações com as demais políticas setoriais e ainda com a rede socioassistencial. Portanto, Conselho, Plano e Fundo são os elementos fundamentais de gestão da Política Pública de Assistência Social.
 - (E) tem sua expressão em cada nível da Federação na condição de comando único, na efetiva implantação e funcionamento de Conselhos Estaduais e Municipais de composição paritária entre sociedade civil e governo, não possui Fundo, pois não possui dotação orçamentária própria, que centraliza os recursos na área, controlado pelo órgão gestor e fiscalizado pelo Conselho, do Plano de Assistência Social, que expressa a política e suas inter-relações com as demais políticas setoriais e ainda com a rede socioassistencial. Portanto, Conselho, Plano e Fundo são os elementos fundamentais de gestão da Política Pública de Assistência Social.